

Reflexões e Práticas de Comunicação e Cidadania em Assentamentos Rurais de Corumbiara, Rondônia¹

Evelyn Iris Leite MORALES CONDE²
Universidade Federal de Rondônia, RO

Resumo

O intuito desta comunicação é compartilhar as experiências da ação desenvolvida em assentamentos rurais localizados na propriedade nacionalmente conhecida pelo Massacre de Corumbiara, sito antiga Fazenda Santa Elina, a 729 quilômetros da capital Porto Velho. Apresentam-se resultados das visitas *in loco* realizadas em 2016 para observação participante, aplicação de questionários, rodas de conversas e oficina de produção radiofônica sobre o tema comunicação e cidadania. O público-alvo são jovens, sobretudo meninas e mulheres, de 15 a 29 anos, do Projeto de Assentamento Maranatá, sendo este um dos seis assentamentos estudados na pesquisa macro intitulada *Gênero, Comunicação e Juventude Rural no Território da Cidadania Cone Sul de Rondônia: empoderamento para/com as mulheres jovens assentadas da zona rural de Corumbiara*. Notou-se a divisão tradicional de trabalhos entre os gêneros, pouca ou nenhuma noção acerca de direitos humanos e cidadania, e entusiasmo nas ações de comunicação propostas ao grupo em tela.

Palavras-chave: juventude rural; cidadania; rádio; Corumbiara.

Introdução

A proposta de comunicação oral *Reflexões e Práticas de Comunicação e Cidadania em Assentamentos Rurais de Corumbiara, Rondônia* é parte de um de cinco eixos de ação do projeto de pesquisa *Gênero, Comunicação e Juventude Rural no Território da Cidadania Cone Sul de Rondônia: empoderamento para/com as mulheres jovens assentadas da zona rural de Corumbiara*³. Trata-se de um trabalho de intervenção, por meio de pesquisa participante, na subárea Comunicação para a Cidadania com recorte nas questões de gênero junto à população feminina jovem (de 15 a 29 anos) de seis Projetos de Assentamento (PA's), Maranatá, Zé Bentão e Renato Natan (criados em 2012) e Maranatá

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente-pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia, UNIR, RO, *email*: evelyn.morales@unir.br

³ Projeto coordenado pela Dra. Lilian Reichert Coelho, docente-pesquisadora da Universidade Federal do Sul da Bahia, *campus* Paulo Freire, Teixeira de Freitas-BA, financiado pelo edital MCTI/MDA-INCRA/CNPq N° 19/2014, com execução no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

II, Alzira Augusto Monteiro e Alberico Carvalho (criados em 2013), todos localizados na zona rural do município de Corumbiara-RO, a 729 quilômetros da capital de Rondônia, Porto Velho, no imóvel da antiga Fazenda Santa Elina, onde ocorreu o conflito agrário conhecido como Massacre de Corumbiara, em 9 de agosto de 1995. Conforme dados disponibilizados pelo Incra (2013) e pela CPT-Rondônia (30/10/2013), foram assentadas 693 famílias no total, considerando os seis assentamentos.

A execução orienta-se pelo desenvolvimento de pesquisa e atividades de extensão nos seguintes eixos temáticos: interface entre educação e comunicação populares com enfoque na cidadania de gênero; gênero, poder e violência contra a mulher; ensino e leitura no contexto rural local; agroecologia e desenvolvimento agrícola sustentável. O objetivo geral é elaborar, aplicar e avaliar, a partir de pesquisa participante na subárea da Comunicação para a Cidadania, um Plano de Ação de Comunicação e Educação para a Cidadania com enfoque em Gênero em parceria com as mulheres rurais jovens das localidades abrangidas pelo Programa Federal Territórios da Cidadania, notadamente do TC do Cone Sul, Estado de Rondônia.

No decorrer do projeto, o material obtido junto aos sujeitos da pesquisa tem como suporte de análise o viés teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso. Entre as técnicas de coleta de dados empregadas estão: entrevistas, grupos focais, observação participante e não participante.

Em exato um ano e seis meses de projeto, até então, mais de dez visitas foram realizadas nos assentamentos com a execução de entrevistas, palestras alusivas aos temas dos eixos de estudo do projeto, e oficinas de cidadania e comunicação, tendo esta última ação a participação de jovens com a produção de *spots* radiofônicos com conteúdos relacionados aos direitos humanos e acesso à educação, saúde e cultura.

Salienta-se a salutar a partilha das informações acerca das atividades do projeto, pela dificuldade acesso ao local, sua história e geografia crítica que abarcam um episódio lamentável de disputa de território que, pelo simbolismo do lugar e pelas relações etnoterritoriais (cf. ALMEIDA, 2008, p. 332) ali construídas, apresentam marcas profundas na memória de seus habitantes, pelos assassinatos ocorridos por ocasião do Massacre de Corumbiara, conflito entre policiais e camponeses sem-terra ocupantes de uma área no local, resultando na morte de 12 pessoas, entre elas uma criança de nove anos e dois policiais e, posterior ao incidente, outras 23 mortes em decorrências dos ferimentos no evento (DIREITOS HUMANOS, 2015).

Trata-se em especial da juventude, pelo sentimento de injustiça que as famílias carregam e repassam aos seus herdeiros nos anos de sobrevivência ao episódio, evidenciado pela luta por indenizações, até hoje em disputa judicial. No contexto de arraigo familiar e da identidade dos sujeitos, Rossato (2006, p. 4) aponta que:

A identidade camponesa se configura através do trabalho, das relações familiares e comunitárias e, neste caso, do envolvimento com os movimentos sociais. Estes elementos estão intimamente ligados ao apego pelos valores como a solidariedade e a honestidade e pela relação do cultivo da terra que marca de modo decisivo as formas de organizar a vida social no campo.

O documento divulgado pelo Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (Pajur), lançado pelo Governo Federal em 3 de julho de 2014, textualiza que, “apesar dos avanços das políticas públicas na última década para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, os jovens e as jovens não se percebem incluídos. Essa exclusão é sentida pela manifestação mais objetiva: a saída dos e das jovens do campo”.

Assim, com o projeto macro supramencionado, os grupos de trabalhos dos eixos propostos articulam desde 2015 a educação, formal e não-formal, de mulheres jovens rurais assentadas da região rural de Corumbiara com enfoque na comunicação para a cidadania com recorte nas questões de gênero, a esforços a serem desenvolvidos rumo à ampliação do acesso às políticas públicas e às tecnologias sociais. A ideia está afinada ao que o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural estabelece como um de seus eixos constitutivos: a ampliação do “acesso a programas, políticas públicas e direitos”. Relevante sublinhar que tais eixos são entendidos como “ações integradas territorialmente”.

Considerado o contexto, ainda que brevemente, propõe-se como hipótese-mestra de trabalho a ideia segundo a qual a demonização realizada pela mídia comercial local/regional em relação aos assentados e a estigmatização decorrente do massacre de Corumbiara contribuem para a invisibilização social dos trabalhadores rurais da localidade e incidem negativamente em termos de construção política da identidade de gênero na juventude assentada.

Justamente em razão dessa percepção inicial, preliminar, é que foi elaborada essa pesquisa, cujo objetivo final é o estímulo à comunicação cidadã, com fomento para a posterior criação autônoma, de preferência pelas mulheres jovens assentadas, de produtos comunicacionais comunitários próprios e independentes, que não reproduzam visões

dicotômicas, como sugere Peruzzo (1998). A preocupação a evitar orienta-se, conforme sinaliza Rothberg (2007, p. 10), pela evidência de que [...] ainda hoje, muitas iniciativas de comunicação comunitária executam seus projetos meramente a partir do pressuposto de que basta dar voz aos antes dela desprovidos para que haja, como decorrência automática, difusão de informação e emancipação. Pelo contrário: sem um processo de capacitação, que inclua, sim, lideranças comunitárias, mas não se restrinja a elas (abrangendo outras pessoas disponíveis ou dispostas em determinada região ou localidade), a produção de mensagens estará vulnerável às falhas que acometem os meios massivos: superficialidade, fragmentação, sectarismo e tendência ao entretenimento e ao espetáculo.

Outrossim, salienta-se que, ao se trabalhar com o público rural, as ações acerca do projeto consideram os traços contextuais e circunstanciais que cercam a vida das pessoas envolvidas, com devida atenção aos modos de intervenção e conteúdos plurais pensados, discutidos e divulgados com autonomia e independência pelo grupo. Nesse sentido, conforme Rothberg (2007, p. 11), “a produção de mensagens plurais deve servir às necessidades de comunicação de um público inserido de maneira bastante particular no tecido social e com possibilidades de participação democrática legalmente amparadas”. São tais premissas que orientam as ações do projeto em execução.

Breve contextualização de Rondônia no cenário de colonização

O histórico relacionado à colonização em Rondônia muito é característico pelas fases de exploração local, com a descoberta do ouro no Rio Corumbiara, no século XVIII; o povoamento do Vale do Guaporé, Mamoré e Madeira, por influência das Capitânicas do Grão-Pará e Maranhão, nos idos de 1794, com a descoberta do ouro nos afluentes do Rio Guaporé; a construção do Real Forte Príncipe da Beira, no período colonial, a partir de junho de 1776 e findo em agosto de 1783, por ordem da Coroa Portuguesa e o desejo de intensificação de tráfego ao longo dos rios Mamoré e Guaporé; os períodos de extração do látex (borracha) em dois ciclos: o primeiro de 1877 a 1910 e o segundo em 1939-1945; a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, no ínterim dos ciclos da borracha, com inauguração em agosto de 1912, resultando no trabalho de 21.817 operários, dentre estes brasileiros, sobretudo nordestinos, e ainda espanhóis, antilhanos, portugueses, alemães, italianos, colombianos e americanos (OLIVEIRA, 2001). Atualmente, vive-se um novo ciclo de exploração, com a construção das Usinas Hidroelétricas do Madeira e Jirau, evento

que reuniu mais de 20 mil trabalhadores de diversos estados brasileiros, em busca de oportunidade de trabalho com melhores remunerações no país.

No tocante à colonização, nos anos de 1960, com a abertura da estrada BR-364, os municípios de Ji-Paraná e Espigão do Oeste, respectivamente com as colonizadoras Calama e Itaporanga, tornaram-se pioneiras ao efetivarem a colonização no estado. Esse cenário ocasionou a oportunidade de projetos relacionados à integração e colonização operacionalizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, com ações a partir do ano de 1970 na região dos municípios de Ouro Preto, Cacoal, Colorado do Oeste e Ariquemes. Neste período, surgiram várias vilas de seringueiros, que se expandiram. Dessa maneira, o Território Federal de Rondônia, que em 1977 possuía dois municípios, fora elevado à Estado em 1981 e instalado em 4 de janeiro de 1982. Atualmente é um Estado de economia voltada à agropecuária e funcionalismo público, contabilizando 52 municípios e população estimada em 1.768.204 habitantes, conforme Censo 2015 (IBGE, 2016).

Quanto à Reforma Agrária, no aspecto dos Projetos relacionados a assentamentos rurais no estado, o Incra tem registro de 221 Projetos e 51.120 beneficiários cadastrados, conforme Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária disponibilizada pela Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (INCRA, 2016). Dentre os quais, destacam os nomes dos moradores do Projeto de Assentamento Maranató, bem como os demais citados no projeto macro, alvo desta comunicação.

Retratos da cidadania nos assentamentos rurais de Corumbiara: o caso PA Maranató

A cada nova Portaria publicada do Incra em Rondônia, os assentados de diversos grupos do estado comemoram o direito à terra, ou, ao menos, o início da concretização deste sonho. Fazem parte dos esforços do Poder Público a desapropriação dos imóveis rurais para fins de reforma agrária, como o que ocorreu com a antiga Fazenda Santa Elina, com área constituída em oito lotes de 2.000 hectares., totalizando 16.000 hectares. “Os lotes foram negociados pelo INCRA nas décadas de 1970-1980 e serviriam para a execução de um projeto de desenvolvimento agropecuário. Em Rondônia, 99% desses contratos estão inadimplentes, portanto, o INCRA deveria retomar as terras para o controle da União, e destiná-las à reforma agrária” (MARTINS, 2009, p. 2).

O Projeto de Assentamento em questão, Maranatá, tem cerca de 215 famílias e foi criado pela Portaria nº 74, de 23 de outubro de 2013, pela Superintendência Regional do Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária – Incra Rondônia. Na série de medidas a serem providenciadas a partir da publicação da Portaria de efetivação dos PAs, estão o estabelecimento da capacidade mínima do assentamento de 62 unidades agrícolas familiares; soluções técnicas viáveis de recursos hídricos, nos contextos de prevenção, correção, educação e legalista; ações, em parceria com a prefeitura de Chupinguaia (cidade próxima à divisa do projeto de assentamento) para inclusão das famílias candidatas no Cad'Único para viabilizar o acesso as políticas municipais, estaduais e federais; Programa Luz para Todos (ou à concessionária de energia elétrica); Programa de Engenharia de Saúde Pública da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); parceria com a Prefeitura Municipal para construção e recuperação de aproximadamente 13,23 km de estradas vicinais que darão acesso ao Projeto de Assentamento; Assistência Técnica e Extensão Rural e Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf); ações às secretarias municipais de saúde e de educação, para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada, conforme procedimentos acordados com a prefeitura (DOU/BRASIL, 2013).

Entre as providências publicadas no Diário Oficial da União em 2013, pouco foi observado nas visitas aos assentamentos em questão, sobremaneira, quanto à energia elétrica, acesso terrestre aos assentamentos, saúde e educação públicas, cultura e lazer, conforme entrevistas de moradores dos locais estudados.

Ainda tem muito a ser conquistado [direitos]. Inclusive, eu falo assim, o maior sonho, não digo meu, digo da comunidade, seria a gente ter um colégio *pros* nossos filhos *ter* um estudo adequado. Eles são da agricultura, é importante ter um colégio agrícola dentro de um assentamento que é tão grande. *Pra* você ter noção, são seis assentamentos aqui, um colado no outro. É uma coisa assim que é um sonho que todos aqui almejam. É ter esse colégio de um bom gabarito, para instruir mais nossos filhos. Meus filhos, uma tem o sonho de ser engenheira agrônoma e o outro zootecnista. Então eles tinham que ter com colégio que pudesse abranger esse tipo de ensino para ajudar os nossos filhos a se manterem na agricultura. Outro sonho que temos, mas *demos com os burros nas águas*, é o caso de um posto de saúde por perto, ou pelo menos uma agente de saúde aqui dentro, porque as pessoas daqui sofrem muito. *Pra* você ver, daqui pra Chupinguaia, para você fazer um curativo, você tem que andar 32 quilômetros por um curativo. Uma injeção que o médico passa, e pode ser aplicada aqui, tem que ir por 32 quilômetros. Ônibus é duas vezes na semana, e quando vai. Ou então para Cerejeira ou Corumbiara, mais 42 quilômetros. É um pouco difícil, não? (Relato de moradora do PA Maranatá)

Pela observação local e resultado superficial das rodas de conversas realizadas em visitas anteriores, notou-se a relevância da discussão de assuntos relacionados aos direitos básicos do cidadão, bem como à cidadania propriamente dita. Dessa maneira, levantou-se a questão de que os direitos essenciais à vida digna e igualitária a todos perante a lei não é uma realidade plena na localidade geográfica dos assentamentos supramencionados. No roteiro de perguntas elaborado para analisar a percepção dos sujeitos naquele local, constatou-se que metade dos respondentes não sabia sequer o que era ser cidadão ou a efetividade da cidadania. Entre respostas mais citadas, para alguns, ser cidadão é “cumprir deveres e ter direitos” ou “ter direitos iguais”.

Um exemplo simples, porém, latente no local, é referente ao desempenho de atividades entre homens e mulheres em cada unidade familiar. O papel é explicitamente dividido entre funções masculinas e femininas, bem como as projeções de sucessão familiar e formação profissional dos filhos. Enquanto *eles* cuidam do plantio ou organização para ordena, retirada de madeira, limpeza de pasto ou gramado; *elas* realizam atividade inerentes à casa, como limpeza, alimentação, cuidado com os idosos ou crianças.

Eu e o meu pai, como a *gente* é homem, né, *acordamo* mais cedo e *vamo* direto *pro* curral ordenar o leite e depois fazer as outras atividades que o leite demanda, cuidar do gado, apartar bezerro, arrumar cerca. Todo dia é assim. Leite não tem feriado (Relato de jovem morador do PA Maranató).

A *gente* também acorda cedo, mas a *gente* fica na casa *pra* limpar, eu e a minha mãe. Mas eu gosto mais é de brincar mesmo, de boneca. Eu também gosto de ir na escola, porque é legal (Relato de jovem moradora do PA Maranató).

Eu cheguei aqui tem um ano e meio. Ajudo meu pai a roçar (Relato de jovem morador do PA Maranató).

A observação nas casas demonstrou tal relato exposto. Em algumas propriedades, jovens meninas, já mães, estão a cuidar dos pequenos e do lar, com todas as ações referentes ao cotidiano doméstico: lavagem de roupas, cozinha e arrumação da casa; enquanto os homens saíam para o trabalho classificado como “pesado” em um dos enunciados registrados.

Eles vão trabalhar e a *gente* fica em casa esperando, né. Mas tem que fazer as coisas aqui [limpar, cozinhar, etc] e, às vezes, a *gente* ajuda eles lá [na roça] (Relato de moradora do PA Maranató).

Relata-se ainda neste trabalho, dois encontros de discussão sobre direitos do cidadão e cidadania com os jovens do assentamento supramencionado. A base de exposição de conteúdo previamente elaborado tem como referência a Declaração de Direitos Universais da Organização das Nações Unidas. Ressalta-se o resumo léxico desta declaração, que traz à tona os termos liberdade, igualdade, dignidade, consciência e fraternidade. O que se analisa entre os enunciados dos participantes das atividades propostas é a revelação de um desabafo sobre uma *liberdade aprisionada*, ao mencionarem a longa espera por uma divisão justa e oficial de território, sem poder se deslocar a quaisquer outro local para garantia do direito à terra; *igualdade diferenciada*, ao descreverem, com receio, sobre a divisão de terras e a titularidade a pessoas que não estão vinculadas à realidade local e não vivenciam o cotidiano da agricultura familiar; *dignidade negociada*, pelas condições de barganha quantos aos direitos prometidos e publicados e não cumpridos; e a consciência de uma *fraternidade pouco presente* até entre os seus pares, uma vez que, conforme alguns enunciados, o medo de alguns integrantes dos assentamentos em denunciar irregularidades ou cobrar providências previstas em lei, os tornam distantes e até mesmo hostis entre si nas comunidades dos PA's.

Na verdade, não tem como fazer as coisas *tudo* do jeito que você quer. Vamos dizer assim. Primeiro de tudo, o companheirismo, quando dois ou três *faz* no seu jeito, mais cinco ou seis *tenta* lhe passar a perna, né. Então, quer dizer, isso *são coisas* que a gente não deve leva em conta, porque isso é normal. Mas no nosso grupo, não tem como dizer que todo mundo *tá* contente, porque nem Deus fez o brasileiro ficar contente, né. Fez tudo, deu tudo, e ele [o homem] queria muito mais. [...] Eu *tô* satisfeito. Muitas conversas deixa a gente, assim, descontente, mas, às vezes, é melhor ouvir e deixar passar do que a gente querer explicar tudo para quem não *tá* sabendo de nada. Não adianta (Relato de morador do PA Maranató).

Este contentamento pouco é refletido entre as famílias visitadas, que expõem o desejo de melhorias também nas ações de apoio técnico para o plantio e atividade com gado leiteiro. Entre as discordâncias está a relação do custo-benefício da produção do leite quanto à venda aos laticínios e ao repasse de aumento aos produtores locais sem a condição mínima de negociação ou readaptação do sistema de produção.

Nos PA's visitados, por mais que se constate o atendimento inicial dos que desejavam terra para morar e trabalhar, não há o constante e básico zelo para a garantia de direitos básicos nestes locais. Essa realidade, para alguns, é cômoda, uma vez que, à espera do título definitivo, poderão permanecer sem conflitos ou demais atuações mais incisivas para além de ter um pedaço de chão.

Esse vazio social e, atualmente, até a falta do sentimento de pertencimento a uma comunidade, acaba por abalar a clareza sobre os direitos e, por conseguinte, a atuação cidadã. Porém, constitucionalmente, ser cidadão é independente da ação, é manter uma ligação jurídica com o Estado, sendo os direitos e deveres de um estabelecido por uma estrutura legal; logo, mesmo não agindo ou sabendo de tais direitos, o sujeito é um cidadão. Ao levantar essa questão aos jovens dos assentamentos em questão, notou-se o total desconhecimento sobre sua atuação enquanto sujeito de ação, contudo, houve uma série de apontamentos referentes a alguns direitos. Destacam-se educação, saúde, trabalho e lazer, conforme demonstrado na palestra sobre a Constituição Federal realizada ao grupo e descrita no decorrer desta comunicação. Adianta-se, entre os enunciados dos participantes, uma pontuação pertinente sobre a garantia de direitos, mas sem subsídio para sua plena efetivação.

Estudamos longe, precisamos sair de ônibus ou de moto. Quando é dia de sol, até que conseguimos chegar na escola. O sol é seco, né! Mas na chuva, a estrada que fizeram aqui, com tanta ponte e lama, fica difícil. Tem dia que não dá *pra* ir, não. Como chove de mais, tem época, não dá. Aí, perdemos algumas provas. Quando avisa na escola do problema, dizem que temos que *se virar* (Relato de jovem estudante, morador do PA Maranató).

Como garantir um direito em detrimento de outro? Se tem escola, falta professor. Se tem professor, falta uma boa remuneração. Se tem remuneração, falta transporte. A educação é essencial. Fato. É “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, Lei 9394/96).

No destaque aos direitos do jovem cidadão, a roda de conversa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente Juventude - Lei 8.069/1990 e do recente Estatuto da Juventude - Lei 12.852/2013, foi apontada a efetivação dos direitos ao lazer e à convivência familiar e comunitária. Não que os participantes em questão não se divertissem ou não mantivessem contatos interpessoais com seus pares, mas, a falta de ações públicas para tal convívio acabaram sendo alvo da discussão a partir do seguinte enunciado:

A gente tem uma área enorme aqui no Maranató. Já pedimos tanto para a prefeitura ajudar, mas eles só enrolam a gente. A gente ia até pagar do nosso bolso para fazer o campo de futebol. Mas se é de direito da gente ter cultura e lazer, porque não pode ter um campo de futebol aqui, ou um lugar *pra* juntar todo mundo e fazer um lanche, uma

festa com as famílias. Uma vez, até pediu um trator para alinhar a terá aqui, mas o motorista do trator disse que vinha e não veio no horário combinado, depois desfez *de nós*. Daí, como não vem mesmo, *pra* não caçar confusão, deixa quieto (Relato de morador do PA Maranató).

No contexto de cultura e lazer, de fato, os PA's visitados não possuem áreas de convivência para tal, a não ser um grande barracão semi destelhado, visualizado como uma espécie de garagem de uma das casas construídas no local, onde alguns se reúnem para reuniões e/ou eventos de natureza comemorativa. Sendo este, o local dos encontros para as ações de extensão do projeto em tela.



Figura 1 – Reunião sobre Educação Ambiental com jovens do PA Maranató, Corumbiara-RO.

Fonte: Evelyn Iris Leite Morales Conde (2016)

Ressalta-se que em nenhum momento das entrevistas ou rodas de conversas, os participantes dos questionamentos não quiseram falar sobre a prefeitura do município vizinho, Chupinguaia, mesmo este tendo obrigação de apoio aos Projetos de Assentamento locais, conforme Portaria de criação das mesmas em 2013. Alguns respondentes, ao serem indagados sobre a não menção do poder público para tal auxílio, alegaram receio de perseguição ou intimidação, como já ocorreu em situações sobre outros setores, sobretudo, educação e saúde.

Noções de comunicação: reflexões e práticas com grupo de jovens no PA Maranató

Compartilham-se aqui as experiências sobre comunicação no Projeto de Assentamento Maranató, Corumbiara-RO, com reflexões empíricas sobre os resultados observados no local. Para a proposta de ação do eixo Comunicação e Cidadania foi elaborado um roteiro simples de perguntas, observações superficiais sobre os processos comunicativos cotidianos locais, debate sobre os veículos de comunicação e ainda uma roda de conversa concomitante a uma palestra sobre cidadania e direitos e deveres na sociedade. Justifica-se a roda de conversa como técnica relevante no projeto, pela “possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva [...] um rico instrumento para ser utilizado como prática metodológica de aproximação entre os sujeitos no cotidiano” (MELO; CRUZ, 2014, p. 31).

Esta ação culminou na oficina de produção autoral de *spots* radiofônicos sobre os assuntos abordados no encontro, executado por esta autora e com apoio da acadêmica de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia - Unir, Jamille Batista Ferreira de Silva; da mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Larissa Cristina Pereira Ruas, e de Camila de Souza Andrade, mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS. As atividades ocorreram entre os dias 7 e 9 de janeiro de 2016, no próprio Projeto de Assentamento Maranató, com um grupo de dez jovens, apresentando média de idade de 15 anos.

Declara-se interessante o conjunto de ideias apresentadas pelos respondentes do roteiro de perguntas no tocante à comunicação, aplicado no primeiro dia de visita ao PA. A ideia dos participantes das ações supramencionadas não corresponde a opinião de todos os jovens dos assentamentos no local, porém, dão indícios de uma percepção de similaridade entre estes pela repetição de enunciados e termos, sobretudo quanto à comunicação interpessoal, quando mencionadas as novas tecnologias de informação e comunicação. O telefone celular, *internet* e, em destaque, as redes sociais, são uma constante no discurso daquela juventude. Na vertente do que foi observado, cita-se o resultado de um estudo com a juventude rural da região do Sul do país, caracterizando os jovens consumidores de conteúdos midiáticos hegemônicos como “não engajados” e “vítimas da mídia” (RONSINI; ROSSATO, 2006). Esclarece-se que tal pesquisa não tem similaridade de objeto ao contexto que se apresenta neste artigo, mas demonstra aspecto interessante quando consideram “que mesmo tendo a postura crítica como receptores, os jovens estão

cotidianamente envolvidos com a produção midiática e dela são consumidores, portanto vivem o conflito da sedução e da resistência frente aos produtos midiáticos” (*Idem*, p. 13).

Ao serem questionados sobre o que é se comunicar com alguém, os jovens indicaram que o fato de *dialogar, interagir e trocar ideias* pode ser caracterizado como a comunicação entre as pessoas. Entre outras respostas, houve a menção de falar sobre *notícias e expor dúvidas* para possíveis soluções. Ou seja, o fato de se comunicar com alguém é algo que pode, além de haver um simples diálogo, efetuar também a multiplicação de saberes. O contexto de comunicação utilizado para a indagação, parte da conceituação de Berlo (2003, p. 134) ao caracterizar a interdependência entre fonte e receptor como uma condição necessária à comunicação humana, tanto pela influência entre um e outro, quanto pela ação e reação no processo em si. Dessa forma, o que foi observado entre os sujeitos é a troca de informações para o complemento de conhecimento para as ações cotidianas, o que é comum em qualquer ambiente. Porém, com as peculiaridades do local, como a falta de energia elétrica, o pouco recurso para crédito nos aparelhos celulares e ainda a distância geográfica entre as áreas rural e urbana, a comunicação é tratada como algo valioso, sobretudo a comunicação entre maiores distâncias.

Em outro ponto levantado, os respondentes apontaram que os veículos de comunicação que são reconhecidos em seu cotidiano são o carro ou moto de som, TV e rádio; porém, ao mencionarem sobre os que eles utilizam, de pronto falam dos celulares e da disponibilidade do aparelho à *internet*, citando, inclusive, as redes sociais como maior preocupação de acesso. Notou-se no local que, qualquer ponto que emitisse sinal ao aparelho tornava-se local privilegiado para acesso à rede aos que detinham créditos em seus telefones. Atitude que culmina na pergunta posterior sobre a importância dos veículos de comunicação. Em maioria, a ciência sobre notícias e a comunicação em longa distância foram as respostas mais citadas, o que confirma a ação deles sobre o que é se comunicar e pela consciência a respeito da condição geográfica destes, uma vez que estão afastados da região central dos municípios de entorno.

Em uma questão de opinião dos jovens quanto à importância da divulgação de conteúdo de cidadania nos veículos de comunicação que eles conhecem, todos apresentaram respostas positivas, declarando que é necessária maior divulgação dos direitos do cidadão no rádio e na televisão, bem como nas redes sociais. Neste momento, reflete-se sobre qual conteúdo esses jovens têm acessado na *internet* e quais são seus interesses na rede. Mesmo não sendo o objetivo da pesquisa, abriu-se ao questionamento para que, de

forma espontânea, pudessem opinar sobre tal. O contraditório surgiu pelo fato de que os jovens questionados informaram que procuram entretenimento nas mídias que mencionaram como conhecidas, fragilizando assim a resposta destes quanto à falta de conteúdo sobre cidadania, sem nem mesmo estas temáticas são pauta de suas buscas no cotidiano de acesso aos meios de comunicação.

Na finalização dos questionamentos, foi perguntado sobre o desejo de possível produção comunicacional autoral sobre a temática cidadania. Todos aprovaram a ideia e justificaram que tal ação seria “para ajudar a espalhar informações sobre os direitos de todos”.

Na roda de conversa, realizada no segundo dia de visita, concomitantemente à palestra sobre cidadania, direitos e deveres na sociedade, houve uma série de mediações a cada menção de termos jurídicos e desconhecidos aos participantes sobre a questão abordada, como itens da Declaração de Direitos Universais (1948), Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Estatuto da Juventude (2013). Embora eram assuntos inéditos aos jovens, muitos possuíam ideias bem concretas sobre alguns dispositivos apresentados, bem como exemplos negativos sobre as legalidades dispostas na palestra. Outrossim, destaca-se a posterior compreensão dos jovens sobre os enunciados legais expostos, que se revelou salutar, sobremaneira, com a junção da palestra com a conversa informal para a troca de ideias, experiências e o diálogo de aprendizagem entre todos os presentes.

Para a concretização autoral dos sujeitos, as atividades de debate e troca de experiências foram encerradas com uma oficina de produção radiofônica, no formato *spot* de áudio. Todas as características e técnicas inerentes ao produto proposto foram expostas aos participantes que foram divididos em cinco duplas com temáticas diferenciadas sobre o assunto tratado no decorrer do dia de trabalho. A escolha pela mídia áudio se deu desde a concepção de intervenção do eixo temático Comunicação e Cidadania, apresentada no projeto macro, pela simplicidade da linguagem e possibilidade comunicativa ágil, rápida e aproximada com a realidade do campo, uma vez que o rádio é um veículo barato e encontra-se de modo mais fácil tanto no meio rural quanto urbano (MCLEISH, 2007). Pilhas e sintonia em uma estação de longo alcance são suficientes para o áudio ser recebido. Apesar de a televisão fazer parte do cotidiano de muitos nos assentamentos visitados, o áudio é também uma forma de multiplicação com menos exposição de imagem e menos

disponibilização de recursos para edição e reindexação, o que o torna mais prático e acessível (FERRARETO, 2000).

Na observação, constatou-se que todos os participantes possuíam aparelho celular, sendo estes modernos e de marcas conhecidas. Para tanto, utilizou-se de um deles para realizar as gravações e posterior exposição sobre como capturar o som e manipulá-lo em programa gratuito de edição de áudio. Foi utilizado o programa *Audacity* para captura e edição, efetuada em notebook do projeto de pesquisa. O programa em questão possui os mesmos recursos disponível em versão portátil para celular com sistema *Android* (modelo dos jovens participantes das atividades), conforme explicado aos participantes.

O interesse pelo programa foi tamanho, que alguns faziam planos de como produzir programas para veiculação em aplicativos de conversas, e ainda, com possibilidade de edição para posterior envio para emissoras de rádio locais. No primeiro momento, foram sorteadas as temáticas de cada dupla para a posterior produção de um *spot* que contemplasse as características explicadas na oficina, conforme Mcleish (2007): uma peça de áudio com texto curto, simples, direto, persuasivo, com possibilidade de mistura de som vocal com música ou efeitos sonoros, especialmente feito para rádio e com destaque a poucos itens essenciais para emissão da mensagem e impacto desejados. E foi o que se fez. Os textos foram elaborados com os temas educação, lazer, saúde, violência e juventude. Cada dupla discutiu entre si de qual forma gostaria de produzir a peça: drama, um texto corrido com trilha específica, utilização de algum efeito sonoro peculiar ao enunciado trabalhado, etc. Os efeitos sonoros e trilhas musicais foram apresentados pela coordenadora da oficina para que pudessem ser escolhidos e posteriormente inseridos nas peças de áudio. Cada passo da construção do produto era mediado para melhor execução e compreensão dos participantes, com a finalidade de proporcionar autonomia a estes em ações futuras, em iniciativas individuais ou coletivas nos assentamentos.

A cada gravação, seriedade e empenho dos participantes, que se mostravam tímidos, mas encorajados ao novo aprendizado. Na demonstração de edição dos áudios, os jovens se impressionaram com a dinâmica de sobreposição de áudio da voz com as músicas e logo compreenderam a função técnica, bem como a intencionalidade sonora (ORTRIWANO, 1985) na disposição de determinados efeitos em pontos estratégicos do discurso de cada dupla em seus *spots*, conforme as explicações oferecidas na oficina.

Após a edição, que resultou em cinco *spots* de áudio, com média de 30 segundos cada, refez-se a roda de conversa para a audição dos produtos e opinião dos participantes.

Eles se surpreenderam com suas vozes e a edição que, em alguns casos, acabou emocionando os participantes pela ação autoral inédita.

Então é assim que eles fazem na rádio. Não pensava que *é* assim tão simples de fazer. Juro que se eu sabia eu tinha feito antes. É muito legal, gostei (Jovem moradora do PA Maranató).

Coloca aqui no meu celular que minha mãe vai ficar ouvindo toda hora e mostrando pros outro [risos] (Jovem morador PA Maranató).

E assim se fez. O áudio de todas as duplas foi repassado aos celulares de cada um. Ao acompanhar dois jovens no retorno as suas casas, observou-se o mais velho tocando o áudio para sua mãe e para a irmã mais nova. Entre os comentários:

Mas esse aí é meu filho?! Como vocês fizeram isso? *Tá* parecendo político falando [risos] (Mãe de dois participantes do projeto, moradora do PA Maranató)

Por mais simples que tenha sido, o produto foi escutando incansavelmente pelos participantes, que ora zombavam um do outro, ora trocavam ideias de como produzir novos conteúdos.

Considerações finais

As experiências relatadas nesta comunicação retratam um Brasil que poucos conhecem, não por mera ignorância ou desejo de desconhecimento, mas pela ausência de pesquisas ou políticas de divulgação e valorização dos sujeitos que vivem ou sobrevivem no interior mais escondido e, por vezes, até esquecido por muitos atores sociais. Quando se propôs estudar, conhecer e intervir na sociedade, os coordenadores deste projeto se propuseram a aprender e ensinar em campos desconhecidos e ricos de vida e, em alguns casos, pobres em atenção, em direitos, em cidadania. Por este motivo a temática em tela é tão exaltada, por mais simples que possa ter sido exposta e, quiçá, absorvida. Oxalá que sim!

No contexto de conhecimento e aplicações, o Projeto Maranató, componente dos seis PA's da divisão da antiga Fazenda Santa Elina, é uma escola a céu aberto, com conteúdo de resistência e esperança vivas depois de um episódio tão expressivo na vida das

famílias que ali estão. O pertencimento destes e sua posição perante à sociedade revelam uma força escondida que deve ser explorada para haver justiça sobre o que se tem, minimamente, de direito: à terra, à moradia, à educação, à saúde, à segurança, à cultura e lazer, etc.

O que foi observado na localidade em questão muito tem a ver com uma pintura não reconhecida por muitos, porém valiosa quanto ao exemplo de persistência e paciência, em um país com contrastes sociais latentes e desigualdades inconcebíveis. A falta de informação ou de estímulo para a busca de novas formas de obtenção dos direitos garantidos por leis bonitas à leitura, mas falhas em suas aplicações, é frustrante. É frustrante ouvir o jovem com vontade de estudar lamentando que não consegue chegar à escola por causa da lama na estrada ou pela falta de veículo decente, e quando chega na escola, não tem o professor ou o material necessário. Se há material, não tem merenda escolar ou telhado em dia de chuva. A menina que quer brincar com os amigos, mas não tem um espaço adequado em sua região. Uma filha com a necessidade levar a mãe idosa e enferma para tratamentos básicos, mas não há posto de saúde próximo, nem bem a 30 quilômetros dali. Um pai preocupado com a educação dos filhos e da sucessão da cultura de uma terra que ainda nem é sua oficialmente. Do desejo de uma terra que tem marcas de sangue e que hoje é presenteada a alguns que não precisam delas e nem se importam.

O desabafo nestas considerações pode até ser exagerado, mas é necessário. Quando se faz uma ação, mesmo que pontual, mas sincera, em localidades como o Maranató, a reflexão que se faz é sobre o quão o Brasil é rico e quão o Brasil é pobre. Rico em diversidade, em experiências culturais e sociais, em maneiras de recriar as formas de representação da vida, do cotidiano, da superação; e ao mesmo tempo, tão pobre, tão carente de iniciativas e empenho públicos.

Os debates, as rodas de conversa, cada oficina ministrada, cada pergunta feita aos integrantes das unidades familiares do interior de Corumbiara valem a pena compartilhar pelo simples fato da humanidade que há dentro desses sujeitos. Quando se fala no episódio do Massacre de Corumbiara, que não é a tônica desta comunicação averiguar se é conflito ou exagero, se Estado foi correto ou movimento social foi criminoso, enfim, mas o fato é a marca deixada nessa comunidade que, em alguns casos, até conhecem seus direitos, mas que foram/são ofuscados, reprimidos, calados pelo medo, pela intimidação velada que ainda é feita por lá.

Enfim, a experiência é válida e demonstra a possibilidade de conhecer mais a realidade do país e seus cidadãos, aprender com eles e também partilhar novas possibilidades de visões e ações, como o ocorrido na trajetória supramencionada.

Espera-se que, ao menos nesta proposta, possam brotar as sementes de curiosidade cidadã plantadas nos jovens que participaram das atividades no eixo em tela, e assim, multiplicar estes saberes ao próximo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo**. Em: SERPA, Angelo (org.). Espaços culturais: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

BERLO, David Kenneth. **O processo de Comunicação – introdução à teoria e à prática**. Tradução Jorge Arnaldo Fontes. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. 14. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

_____. Lei 12.852/2013. **Estatuto da Juventude**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso 17 de ago. 2014.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso 17 de ago. 2014.

_____. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso 17 de ago. 2014.

CURY, Beto. **Os muitos desafios da política nacional de juventude**. In: AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. BRASIL. Portaria nº 74, de 23 de outubro de 2013. **Criação dos Projetos de Assentamento Maranatá e Maranatá II**. Disponível: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/61198341/dou-secao-1-04-11-2013-pg-95>>. Acesso em: 25 maio 2016.

DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/w3/cdhmp/cdh/chico.htm>> . Acesso em: 20 dez. 2015.

FERRARETO, L. A. **Rádio: o veículo, a história, a técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.

IBGE. **Municípios de Rondônia**. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=11>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

INCRA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária**. Em 13 de junho de 2016. Disponível em: <

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-17_ro.pdf> . Acesso em: 11 jun. 2016.

MARTINS, Márcio Marinho. **Corumbiara: massacre ou combate?** A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos. V Simpósio Internacional de Geografia. Anais, 2009. Disponível em: <

<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/M%20E1rcio%20Marinho%20Martins.pdf>> . Acesso em: 20 maio 2016.

MCLEISH, Robert. **Guia de radiojornalismo**. São Paulo: Summus, 2007.

MELO, Marcia Cristina Henares; CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio**.

Revista Imagens da Educação, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>> . Acesso em: 20 dez 2015.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História, desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia**. 4 ed. Porto Velho: Dinâmica Editora, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 17 de ago. 2014.

ORTRIWANO, G. S.A. **Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos**. Contemporanea: comunicação e cultura, v. 11, n. 1, p. 138-158, 2008.

ROSSATO, Alexania; RONSINI, Veneza V. Mayora; **Juventude, mídia e movimentos sociais camponeses: encontros e desencontros**. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em: <

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0716-1.pdf>> . Acesso em: 10 fev 2016.

ROTHBERG, Danilo. **Mídias comunitárias e democracia**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 16, p. 1-18, janeiro/junho 2007.